

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.612 - SE (2018/0337497-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE PROPRIA
ADVOGADOS : DANNIEL ALVES COSTA E OUTRO(S) - SE004416
VICTOR ALEXANDRE SANDE SANTOS - SE000478A
AGRAVADO : MULTICOOB BRASIL- COOPERATIVA BRASILEIRA DE
TRABALHO E SERVIÇOS MULTIP
ADVOGADO : VICTOR ALEXANDRE SANDE SANTOS - BA022346
INTERES. : APEC - ASSOCIAÇÃO PRODUTIVA E EDUCATIVA DE
CAPACITAÇÃO
ADVOGADO : JURACY MOREIRA CARNEIRO - BA004416

DECISÃO

MULTICOOB BRASIL - COOPERATIVA BRASILEIRA DE TRABALHOS E SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS LTDA. (MULTICOOB) ajuizou ação de cobrança contra ASSOCIAÇÃO PRODUTIVA E EDUCATIVA DE CAPACITAÇÃO - APEC (APEC) e MUNICÍPIO DE PROPRIÁ (MUNICÍPIO), alegando a existência de contrato entre as partes para prestação de serviços especializados na área de saúde para o município, em caráter contínuo e por prazo indeterminado. Aduziu que os meses de junho, agosto e setembro de 2015 não foram integralmente pagos a Multicoob, apesar dos serviços prestados ao município requerido, restando um saldo devedor de R\$ 548.449,39. Salientou que a cooperativa tentou sucessivas vezes receber os valores remanescentes, mas sem êxito, e que em abril de 2016 notificou a Associação para que quitasse a dívida. Assentou que a inadimplência das requeridas causou aos cooperados da Multicoob graves prejuízos de ordem financeira e moral. Requereu a condenação dos demandados ao pagamento da quantia de R\$ 649.161,93, as custas judiciais e honorários advocatícios.

O Juízo de Piso julgou procedentes os pedidos iniciais para condenar a APEC e, subsidiariamente, o MUNICÍPIO ao pagamento do saldo devedor de R\$ 548.449,39 (e-STJ, fls. 327/328).

Inconformado, o MUNICÍPIO interpôs recurso de apelação, parcialmente provido pelo Tribunal de origem, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - CONTESTAÇÃO NÃO APRESENTADA NO PRAZO LEGAL - DECRETAÇÃO DE REVELIA - APLICAÇÃO DOS ARTS.344 e SEQUENTES IX) CPC - EFEITO MATERIAL DA REVELIA QUE NÃO SE APLICA À FAZENDA PÚBLICA - ENTE MUNICIPAL QUE INGRESSOU NO PRESENTE FEITO EM SEDE DE APELAÇÃO - PARTE RECORRENTE QUEDOU-SE INERTE EM DESCONSTITUIR A

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS PELA PARTE AUTORA. LIMITANDO-SE SOMENTE A TRAZER AOS AUTOS TESES DESPIDAS DE QUALQUER PROVA DOCUMENTAL - ÔNUS QUE INCUMBIA A PARTE DEMANDADA - INTELIGÊNCIA DO ART.373II, DO CPC - SENTENÇA PARCIALMENTE MODIFICADA RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (e-STJ, fl. 400)

Em seguida, o MUNICÍPIO interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação de dispositivos de lei federal (e-STJ, fls. 414/423).

Foram apresentadas contrarrazões da MULTICOOB (e-STJ, f. fls. 427/437).

O apelo nobre foi inadmitido pelo Tribunal de origem porque as razões recursais demandariam o revolvimento das provas dos autos (e-STJ, fls. 443/445).

Irresignado, o MUNICÍPIO interpôs agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 452/457).

É o relatório.

DECIDO.

A discussão do presente recurso gira em torno da alegação de ilegitimidade passiva do MUNICÍPIO para custear o pagamento pretendido pela autora, sob o fundamento de inexistir solidariedade na relação jurídica firmada entre os contratantes e a pessoa jurídica de direito público.

Nesse contexto, observa-se que não é possível apreciar o presente feito pois, seguindo a orientação desta Corte, a competência interna para a hipótese é da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, do Regimento Interno do STJ.

Nessas condições, **DETERMINO** a redistribuição do presente feito para um dos e. Ministros integrantes da Primeira Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator